



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 06/04/1995
C	Rubrica

Processo no 10980.015500/92-50

Sessão no: 23 de agosto de 1994

Acórdão no 202-06-986

Recurso no: 96.077

Recorrente: EZEQUIEL BATISTA RIBEIRO

Recorrida: DRF em Maringá - PR

ITR - DEBITOS ANTERIORES - QUITAÇÃO COMPROVADA - Restando provada a quitação de débitos anteriores, fato constatado a partir dos documentos anexados pela repartição de origem, faz jus o Contribuinte à redução pleiteada, de conformidade com a legislação vigente... **Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por EZEQUIEL BATISTA RIBEIRO.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Daniel Corrêa Homem de Carvalho.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1994.

Helvio Escóvado Barcellos - Presidente e Relator

Adriana Queiroz de Carvalho - Procuradora-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 23 SET 1994

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Elio Rothe, Antônio Carlos Bueno Ribeiro, Osvaldo Tancredo de Oliveira, José de Almeida Coelho, Tarásio Campelo Borges e José Cabral Garofano.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº 10980.015500/92-50

Recurso nº 96.077

Acórdão nº 202-07.986

Recorrente : EZEQUIEL BATISTA RIBEIRO

R E L A T O R I O

O Contribuinte acima identificado, através da Notificação do ITR/92 (fls. 03), foi intimado a recolher o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, acrescido dos encargos legais cabíveis, no valor de Cr\$ 1.082.186,00, referente ao imóvel denominado "Lotes 44A; 46-2; 46-3 e 46-REM, GL.7", cadastrado no INCRA sob o Código 719 056 044 806 5, localizado no Município de Campo Mourão-PR.

Impugnando o feito a fls. 01, o Notificado argumentou que não foi contemplado com a redução, a que tinha direito, por indicação indevida de débitos de exercícios anteriores, acrescentando, ainda, que a contribuição ao CNA estava com valor muito elevado.

A fls. 07/09, a autoridade de primeira instância julgou improcedente a impugnação, determinando a manutenção integral do lançamento, em decisão assim ementada:

"EXERCICIO DE 1992:

CONTRIBUIÇÃO CNA: A contribuição sindical devida pelo empregador rural é calculada sobre o valor adotado para o lançamento do ITR do imóvel, aplicando-se a alíquota constante da tabela progressiva a que se refere o artigo 580, III da CLT, alterada pela Lei 7.047/82.

REDUÇÃO: Não faz jus a redução de que trata os artigos 8º, 9º e 10º do Decreto 84.685/80, o imóvel que na data do lançamento, tenha débitos de exercícios anteriores pendentes, conforme dispõe o artigo 11º do citado Decreto.

Lançamento procedente.".

Inconformado, o Interessado ingressou com o Recurso de fls. 14, no qual, mais uma vez, requer a redução do imposto, salientando, ainda, que não possui débitos anteriores, conforme documento anexado a fls. 15.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº : 10980.015500/92-50
Acórdão nº : 202-06.986

498

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS

O recurso é tempestivo e dele conheço.

O litígio do presente processo é o direito à redução do ITR, não concedido por indicação de débito no exercício de 1991.

Como se observa, o Documento acostado a fls. 15 comprova inteiramente as alegações constantes do recurso apresentado pelo Recorrente.

Ressalte-se, ainda, que o imposto foi pago dentro do prazo concedido pela própria repartição, conforme se verifica a fls. 15-verso.

Portanto, restando provada a quitação de débitos anteriores, entendo que o Contribuinte faz jus à redução pleiteada, de conformidade com a legislação vigente.

Com estas considerações, dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1994.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Helvio Escovedo Barcellos".

HELVIO ESCOVEDO BARCELLOS